



## REUNIÃO ANUAL DAS ASSEMBLÉIAS DE GOVERNADORES

FORTALEZA, BRASIL

AB-2174  
CII/AB-813  
11 março 2002  
Original: espanhol

DISCURSO DO GOVERNADOR PELA COLÔMBIA  
NA SEGUNDA SESSÃO PLENÁRIA

*Juan Manuel Santos*

1. Dizer que o mundo mudou em 11 de setembro já se tornou um lugar-comum. A guerra contra o terrorismo ganhou prioridade na agenda internacional. Se a isto acrescentarmos a recessão econômica e os problemas particulares da região, poderemos dizer – sem lugar a dúvida – que esta Assembléia reúne-se num dos momentos mais críticos e, por conseguinte, mais interessantes da história recente da América Latina. Daí decorre a extraordinária importância que atribuímos às decisões e políticas que resultarem desta reunião.
2. Assim como o 11 de setembro mudou a história do mundo, no caso colombiano, em 20 de fevereiro, data em que se rompeu o processo de paz com as FARC, nosso futuro também mudou. A luta contra o terrorismo passou para o primeiro plano e a manutenção da estabilidade econômica converteu-se em elemento crítico da segurança nacional.
3. Nesta ordem de idéias, desejo declarar clara e taxativamente que o governo colombiano fará não só todo o possível, como também tudo o que for necessário para não se deixar vencer pelo terrorismo ou por suas fontes de financiamento, como o são o seqüestro e o tráfico de drogas. E, já que um dos objetivos dos terroristas é debilitar a economia, redobramos nossos esforços para manter a confiança gerada pela gestão responsável das nossas finanças públicas.
4. Transmitimos aos mercados sinais muito claros neste sentido ao anunciarmos cortes orçamentários em setores não militares como primeira reação ao rompimento do processo de paz. Também dissemos que, se for necessário aumentar a receita do Estado para financiar os custos adicionais desta guerra, assim faremos sem sacrificar nosso objetivo de alcançar, a médio prazo, a plena sustentabilidade da nossa economia.
5. Em outras palavras, continuaremos a cumprir a tarefa de manter uma gestão macroeconômica prudente e responsável, não obstante os fatores adversos que enfrentamos nos planos internacional e local. É exatamente nessas circunstâncias de crise que se torna necessário, mais do que nunca, manter o rumo da responsabilidade e não recorrer a soluções

simplistas de curto prazo, as quais, tal como a história nos ensinou, acabam sendo muito onerosas para os nossos povos.

6. Isto não significa, porém, que a comunidade internacional possa manter-se indiferente em face da crise da região ou em face de problemas particulares como os enfrentados pela Colômbia, sobretudo quando, em nosso caso, estamos empenhados numa guerra contra o terrorismo e o tráfico de drogas, que não são problemas exclusivos da Colômbia, e sim do mundo inteiro, e em que se impõe o princípio da co-responsabilidade.

7. Preocupa-nos, por exemplo, que esteja ganhando terreno a tese de reduzir gradualmente os fluxos de recursos de entidades multilaterais como o BID para países de renda média, como é a Colômbia, sob a forânea ou simplista alegação de que o nosso acesso ao mercado de capitais é ilimitado. Nada mais longe da realidade. Basta comparar as atuais cifras do fluxo líquido de capitais para a América Latina com as que tivemos anos atrás.

8. Como bem assinalou o Grupo Assessor Externo em seu excelente relatório apresentado ontem por Angel Gurria, o qual subscrevemos integralmente, a região não pode prescindir do papel anticíclico das organizações multilaterais, pois corremos o risco de precipitar outra crise, muito pior do que a que atravessamos em passado recente.

9. Outra tese forânea dentro dessa mesma filosofia é a que obrigou o BID a impor limites aos recursos disponíveis para financiar os chamados PBLs. Em lugar nenhum se comprovou que os recursos vinculados a projetos produzam um retorno social mais importante do que os obtidos mediante créditos vinculados a reformas de política. O bom-senso, tantas vezes ausente das grandes decisões, diz-nos que, sem ordenar as variáveis fundamentais, qualquer investimento social tem grandes probabilidades de não produzir resultados.

10. Não é que estejamos em desacordo com a imperiosa necessidade de medir o impacto social dos recursos. Ao contrário. Na Colômbia, para assegurar que os créditos tenham uma alta rentabilidade social, fomos pioneiros na criação de procedimentos, indicadores e padrões de medida que nos dotassem de elementos de juízo para alcançar este sadio propósito. Isto posto, seria muito melhor que o BID ajudasse a Colômbia e todos os países a aperfeiçoar os mecanismos de avaliação, para que os recursos de desenvolvimento exerçam impacto maior.

11. Uma terceira tese forânea é a de pretender erradicar a pobreza concentrando os esforços das organizações multilaterais exclusivamente nos países de renda mais baixa. Acaso não existem mais pobres aqui no Brasil, no meu país, a Colômbia, ou em qualquer outro país latino-americano, do que em muitos dos países que seriam favorecidos com essa política discriminatória?

12. Não me entendam mal: não contestamos e, de fato, aplaudimos e apoiamos a intenção dos países ricos de dar dinheiro aos países mais pobres. Mas – por Deus! – isto não pode ser feito à expensa dos países que envidam ingentes esforços para sair do subdesenvolvimento e reduzir a aberrante desigualdade que nos aflige. Antes de pedirmos dinheiro aos que carecem de recursos para ajudar os mais pobres, seria mais louvável os que têm dinheiro cumprirem as metas de ajuda aos mais pobres estabelecidas pelas Nações Unidas.

13. E, se a questão consiste em atacar a pobreza, há esforços focalizados que podem ser feitos por entidades como o BID, mediante os quais se obteriam grandes resultados. Refiro-me a casos como o do café, que atravessa a pior crise de sua história e faz com que a América Central, metade da Colômbia e muitas outras áreas da nossa região estejam praticamente morrendo de fome, ameaçando além do mais sua estabilidade econômica. Quando em Nova York, paga-se três dólares por uma xícara de café, o que chega ao produtor de El Salvador ou da Colômbia é – ouçam bem – apenas um centavo. Com um mínimo de esforço para organizar o mercado cafeeiro e financiar a diversificação dos mais ineficientes, ajudar-se-ia mais, muitíssimo mais, os pobres da África e da América Latina do que mediante a aplicação de tantas idéias forâneas.

14. Finalmente, desejo mencionar um problema que diz respeito a todos e que afeta muito especialmente os colombianos: refiro-me ao controle da lavagem de dinheiro que, como todos sabem, é a medula espinhal do financiamento do tráfico de drogas e do terrorismo. Na Colômbia, temos avançado muito no desenvolvimento de instrumentos e leis de combate a esse flagelo. Todavia, cumpre fazer muito mais e todo esforço seria inócuo à falta de uma ação coordenada e efetiva no nível internacional. Os senhores sabem disto melhor do que eu. Portanto, creio que esta é uma boa oportunidade para solicitar que o BID desempenhe um papel mais proativo nesse esforço já que, se registrarmos êxitos na imobilização do braço financeiro do crime internacional, todos nós seremos beneficiados.

15. Em vez de debilitar o BID, há que fortalecê-lo, dotá-lo de maiores recursos, permitir que apóie a região com linhas de emergência como a que estaremos aprovando, amplie seu raio de ação e redobre sua capacidade anticíclica e, enfim, fazer com que atue com mais poder num mundo globalizado, onde é imperativa a existência de instituições que compensem as falhas dos mercados.

16. As circunstâncias da América Latina exigem o melhor de todos nós, o nosso compromisso e a nossa responsabilidade. Não podemos deixar por menos. A história não nos perdoaria.

17. E, certamente, ao Senhor Presidente Iglesias, o nosso perene reconhecimento, em nome de todos os colombianos, por seu compromisso, sua liderança e sua dedicação em defesa dos interesses de todos os latino-americanos.